

Narrando a Conquista: como a historiografia leu e interpretou os acontecimentos ocorridos no México entre 1519 e 1521

Narrating the Conquest: how historiography read and interpreted the events that occurred in Mexico between 1519 and 1521

Luís Guilherme Kalil & Luiz Estevam Fernandes

<https://orcid.org/0000-0002-4332-6735> 

<https://orcid.org/0000-0001-6230-3558> 

RESUMO

Este texto busca analisar a historiografia da Conquista do México, partindo de seus alicerces no século XIX: William H. Prescott, nos Estados Unidos, e autores nacionalistas mexicanos, como Vicente Riva Palacio e Samuel Ramos. Passamos em revista várias revisões que a Conquista recebeu no século XX, quando seu status de episódio fundador ou norteador foi lido como trauma, como evento espanhol ou hispano-indígena, como dominação cultural do outro, como episódio menor em um enredo muito mais amplo, entre outras possibilidades. Em seguida, buscamos apontar algumas abordagens recentes, como a etnogênese trabalhada por Guillaume Boccara e Federico Navarrete Linares, e a Nova História da Conquista, adotada, entre outros, por Matthew Restall. Por fim, propomos uma interpretação dos caminhos atuais da Conquista do México como tema e objeto da historiografia.

ABSTRACT

This text aims to analyze the historiography of the Conquest of Mexico, starting from its foundations in the nineteenth century: William H. Prescott, in the United States, and Mexican nationalist authors, such as Vicente Riva Palacio and Samuel Ramos. We analyzed several revisions made of the Conquest in the twentieth century, when its status as a founding or guiding episode was understood as trauma, as a Spanish or Hispanic-indigenous event, as cultural domination of the other, as a minor episode in a much larger plot, among other possibilities. Next, we present some recent approaches, such as the ethnogenesis, proposed by Guillaume Boccara and Federico Navarrete Linares, and the New History of the Conquest, advocated by Matthew Restall, among others. Finally, we propose an interpretation of the current paths of the Conquest of Mexico as the theme and object of historiography.

PALAVRAS-CHAVE

América Hispânica; Historiografia; Colônia

KEYWORDS

Hispanic America; Historiography; Colony

Introdução

Quando as armas foram depostas em México-Tenochtitlan, em 13 de agosto de 1521, outra batalha já estava em curso: a disputa pela memória dos eventos ocorridos desde a chegada de Hernán Cortés e seus homens em Iucatã dois anos antes. O capitão da Conquista escrevera sobre ela ao rei, assim como, posteriormente, outros soldados e oficiais espanhóis. Nos anos seguintes, grupos indígenas registraram suas versões, muitos deles destacando sua atuação nos conflitos. Ex-combatentes de outras partes da Europa e da África também escreveram sobre suas participações ou foram mencionados nos tantos textos produzidos. Se uma cornucópia de versões foi derramada a partir de 1519, se estendendo por muitas décadas, a trombeta de Clio não foi tão justa com tamanha fortuna crítica, privilegiando, por um bom tempo, apenas alguns agentes e fontes.

Neste texto, analisaremos a relação entre estes registros do período e a historiografia produzida a partir de meados do século XIX sobre a Conquista, abordada aqui principalmente em sua acepção bélica, a tomada por armas de um determinado reino ou Estado.¹ Mais do que apenas um balanço historiográfico, pretendemos analisar a historiografia da Conquista do México² tendo como eixo as mudanças epistêmicas e heurísticas que sucessivas gerações de analistas produziram.

Mesmo sabendo que a Conquista foi narrada como História, malgrado o que significava esse termo em diferentes contextos, desde o século XVI, utilizaremos como ponto de partida as reflexões sobre tais eventos produzidas nos Estados Unidos e no México a partir de meados do século XIX. No primeiro caso, faremos referência especificamente ao historiador norte-americano William H. Prescott, cujos escritos sobre a Conquista continuam sendo extremamente influentes mais de um século e meio após sua publicação. Em relação ao México, abordaremos a historiografia nacionalista que leu e debateu a obra de Prescott, produzindo novas versões e interpretações daquele evento. Assim como no caso anterior, essa leitura oitocentista

1 - Para concepção diferente de Conquista, Cf. as análises de Robert Ricard sobre o processo de Conquista espiritual realizadas a partir da década de 1930.

2 - Para a importante diferenciação entre Conquista "do" México e "de" México-Tenochtitlan, Cf. (SANTOS 2014, p. 218-232).

associada à construção de um discurso patriótico mexicano também encontrou larga fortuna e ecoa até os dias atuais.

É evidente que os historiadores do século XIX citados baseavam suas obras em textos produzidos anteriormente. Prescott, por exemplo, era leitor atento de William Robertson, presbiteriano escocês autor de *The History of America* (1777), um *best seller* do período sobre o continente americano. No entanto, a versão de Robertson sobre a Conquista, estreitamente associada à teoria da degeneração americana defendida, entre outros, pelo Conde de Buffon (GERBI 1996, p. 19-76), deixou de ser uma matriz historiográfica fecunda. Em outras palavras, partimos neste artigo de terreno que continua fértil atualmente em termos historiográficos.

O “paradigma Prescott”

A primeira grande referência contemporânea sobre a Conquista do México é, indubitavelmente, o historiador norte-americano William H. Prescott. Seu *History of the Conquest of Mexico* (1843), junto com sua obra sobre a Conquista do Peru (1847), alcançou um impacto imediato e duradouro, se tornando um sucesso editorial nos dois lados do Atlântico. No México, onde a intelectualidade local procurava formas de elaborar sínteses históricas sobre a pátria, o interesse foi tamanho, que duas traduções, quase simultâneas, foram feitas.³

Sediado em Boston, Prescott começou seus estudos nos anos de 1820, quando abandonou a prática do Direito e dedicou-se à Literatura. Por conta da estreita amizade com George Ticknor, pioneiro intelectual hispanista nos Estados Unidos, Prescott passou a pesquisar literatos espanhóis, como Miguel de Cervantes. Seu reconhecimento acadêmico ganhou impulso com a publicação de *History of Ferdinand and Isabella* (1837). Em uma época em que os arquivos – quando existiam – eram muito desorganizados, Prescott foi obrigado a lançar mão de contatos com diversos intelectuais e livreiros europeus que lhe remetiam material solicitado. A própria decisão de investigar os

3 - A tradução de José María González de la Vega (1844) contou com comentários do intelectual conservador Lucas Alamán. Já a tradução feita por Joaquín Navarro (1844-46) contém ilustrações e comentários do político e historiador José Fernando Ramírez.

feitos dos Reis Católicos utilizando fontes primárias representou um marco na historiografia norte-americana, ao romper com a História eminentemente nacional produzida até então: “ainda que os norte-americanos de princípios do século XIX lessem história europeia”, ninguém produzia algo inédito sobre outra parte do mundo (KAGAN 1998, p. 230).

O sucesso dessa obra o encorajou a seguir com o projeto de mapear a constituição do Império Espanhol no século XVI, agora analisando as Conquistas do México e do Peru, entendidas como partes fundamentais desse processo. Respeitando a ordem cronológica, Prescott abordou inicialmente os eventos ocorridos no México. Ainda que composto por sete livros, seu *History of the Conquest of Mexico* é dividido em três grandes partes. A primeira delas, considerada como sua “parte filosófica”, aborda as “Antiguidades indígenas” e as “origens da nação”. Nela, podemos observar que Prescott trabalha com a concepção de que os índios não tinham História. Influenciado pelos escritos de religiosos espanhóis do século XVI, como Bernardino de Sahagún e Francisco López de Gómara, o historiador ressalta a imagem dos grupos nativos como privados de temporalidade, marcados por profecias e o domínio exercido pelos sacerdotes. A segunda parte, definida pelo autor como a parcela verdadeiramente histórica do livro, é composta por uma longa descrição de eventos políticos relacionados à Conquista. A narrativa segue a fórmula do romance histórico: já nos preâmbulos da obra, deve se expor ao leitor o protagonista e o antagonista da história, ainda que saibamos de antemão que os defeitos e vícios de origem do segundo serão superados pelas virtudes do primeiro. A intenção dessa divisão era clara para o autor: todo o livro deveria, à parte a violência nele contida, revelar a “história pessoal do herói que era a alma” de tudo aquilo (PRESCOTT 1843, p. xi). Não por acaso, a última parte da obra é dedicada a uma biografia de Cortés.

Para Prescott, História e ficção eram distintas pelo compromisso com a verdade dos fatos que a primeira deveria ter.

Mesmo assim, o texto escrito era, acima de tudo, uma narrativa e estava sujeito às suas regras até onde os documentos assim o permitissem, ou seja, havia uma interessante combinação – comum a muitos de seus contemporâneos – entre o uso rigoroso das fontes (e, nesse sentido, uma valorização deles como heurística para se chegar à verdade histórica) e o cuidado literário do texto. Uma obra autoral como a sua tinha que agradar pela fruição estética e pela congruência das informações. Em outras palavras, a História, com o sentido de passado em si, repousava na mão modeladora do autor. Era algo a ser contado, separado da ficção pelo comprometimento com a fidelidade factual, mas não deixava de ser uma narrativa.

A interpretação da Conquista feita por Prescott, centrada no gênio heroico de Cortés, tornou-se extremamente influente. Mas não imaginemos que foi ele o inventor dessa fórmula. O historiador norte-americano valera-se de fontes espanholas coloniais, em especial, do texto sobre o tema publicado por Antonio de Solís em 1684. A própria decisão de continuar seu livro para além da queda de México-Tenochtitlan deu-se, em parte, para se distanciar do texto do escritor espanhol. Sua opção por centrar a Conquista em Cortés, no entanto, coincide com a de Solís que, por sua vez, ecoava os cronistas espanhóis do século XVI, muitos deles inclinados a inflacionar os feitos cortesinos e diminuir a atuação indígena. Ou seja, a narrativa de Prescott punha fim ao mundo indígena, que saía de uma “filosofia”, de uma descrição de seus modos de vida descolada do tempo histórico, para chegar, como elemento antagônico, ao jogo histórico da Conquista capitaneada por Cortés. Se isso como conteúdo já podia ser visto em Solís e outros cronistas; como narrativa, canonizava-se em Prescott.

Se o projeto de Prescott era justamente mostrar o auge do Império Espanhol, é fácil entender como seus textos estabeleceram em solo norte-americano aquilo que Richard Kagan chamou de “Paradigma Prescott”: “uma maneira de entender a Espanha como a antítese dos Estados Unidos” (KAGAN 1998, p. 229-253). Nessa leitura, a Espanha caminhava

apartada do restante da Europa, vista como protestante, e seus ideais de Império se opunham à visão *whig* de Prescott sobre o que deveria ser uma República. Esse paradigma seria pautado em elementos como o anticatolicismo, a crítica do absolutismo e a defesa do livre comércio e das liberdades individuais.

Extrapolando a tese inicial de Kagan, podemos observar que Prescott cristalizou outros paradigmas duradouros. Em sua interpretação sobre a Conquista, há um choque. Por um lado, a figura do bom selvagem, dócil, repleto de qualidades, mas supersticioso e inferior ao europeu; por outro, o discurso da razão, da civilização e da urbanização como elementos julgadores e hierarquizadores. Nesse sentido, o historiador valoriza o pensamento espanhol, que seria mais racional e superior ao dos astecas e incas, com suas crenças mágicas que abarcavam o canibalismo e sacrifícios humanos. Baseando-se majoritariamente na atuação e nos escritos de Cortés sobre a Conquista, Prescott relatou como um punhado de homens (superiores) conquistou um sem número de indígenas (inferiores) porque não haveria outra forma de ser: a civilização sempre triunfa sobre formas menos evoluídas.

O reverso da moeda: a vilificação de Cortés no México do século XIX

Ao passo em que a interpretação da Conquista do México como um feito cortesino alcançava grande sucesso editorial, um romance de cavalaria reinaugurado dentro da ótica romântica, o México buscava outra forma de ler os mesmos eventos. Especialmente após a derrota militar para os Estados Unidos e consequente perda de territórios em 1848, jovens críticos mexicanos, de maioria liberal, emergiram no cenário político. Consideravam-se *mestizos*, como Vicente Riva Palacio, ou indígenas, por exemplo, Ignacio Manuel Altamirano, o que contribuiu para a mudança na representação que os índios e, principalmente, a História indígena tinham recebido até então. Não sem encontrarem vozes dissonantes, nomes como os citados, além de outros, como Lorenzo de Zavala e José María

Luis Mora, ressaltavam em seus textos a glória de Cuauhtémoc, último soberano asteca capturado por Cortés em 1521, descrito como “o obstinado guardião do México livre e independente, cuja tortura e assassinato expunham os abusos do sistema colonial”, do qual se buscava livrar o país dos seus resquícios (FULTON 2008, p. 5-47). Ignacio Manuel Altamirano, na mesma linha, sintetiza essa dicotomia entre o “líder mexicano” e Cortés, afirmando que “em todas as partes Cuauhtémoc é o herói e Cortés o bandido” (ALTAMIRANO 1886, p. 7).

O diálogo entre Prescott e alguns autores mexicanos revela importantes aspectos acerca das interpretações sobre a Conquista produzidas no período. Em sua troca de correspondências com Lucas Alamán, o historiador norte-americano revelou grande interesse pelo destino dos restos mortais de Cortés. O intelectual mexicano respondeu que sabia do paradeiro, mas manteria o sigilo, temendo possíveis atos de vandalismo provenientes da atitude antiespanhola ainda presente no país. Prescott redarguiu lamentando não poder incluir a localização em seu novo livro sobre o México, mas afirmando compreender as razões do silêncio. O que não conseguia entender era o rancor contra os espanhóis, proveniente de sua própria progênie: “Alguém pensaria que os mexicanos se consideram descendentes dos índios e não dos espanhóis” (*apud* JAKSIĆ 2007, p. 332).

Reflexos desse diálogo podem ser identificados no livro de Prescott, onde ele afirma que uma “turba patriótica” “se propunha a romper a urna que continha os restos de Cortés”, concluindo que “os homens que planejaram esse desmando não eram os descendentes de Montezuma vingando a seus ancestrais, mas os descendentes dos antigos conquistadores” (JAKSIĆ 2007, p. 367). Por passagens como essa, seu livro recebeu críticas em solo mexicano que apontavam sua predileção por Cortés e consequente filiação ao “lado espanhol”. A questão das fontes utilizadas para analisar a Conquista também foi identificada como aspecto negativo da obra, marcada pela ausência ou pouco uso de documentação indígena. Um de seus maiores

1 - Para concepção diferente de Conquista, Cf. as análises de Robert Ricard sobre o processo de Conquista espiritual realizadas a partir da década de 1930.

2 - Para a importante diferenciação entre Conquista “do” México e “de” México-Tenochtitlan, Cf. (SANTOS 2014, p. 218-232).

críticos foi José Fernando Ramírez. Apesar de ocasionais elogios, o intelectual e político liberal mexicano fez várias ressalvas que deixavam transparecer seu orgulho nacional ferido, especialmente em relação à imagem dos astecas como bárbaros e selvagens feita por Prescott. Ao redarguir a noção de que o próprio idioma *náhuatl* seria uma língua não musical, o mexicano foi irônico, afirmando que um “ouvido acostumado a harmonias como as do *Yankee Doodle* dificilmente pode ser um juiz competente”. Ramírez estava convencido de que a única forma de aceitar uma História da Conquista seria se ela fosse escrita por seus próprios descendentes, os mexicanos modernos. Dessa forma, as reflexões sobre o passado do México tomariam características de “um julgamento de família, tendo em mente que a justiça seria feita aos próprios progenitores. Nós podemos, assim e somente assim, conceber a esperança de ter uma história da Conquista completa, imparcial e crível” (*apud* RUTSCH 2004, p. 89-122).

Na Era da Reforma, a historiografia mexicana se modernizou, com o aporte de interpretações influenciadas pelo positivismo e darwinismo. Em 1857, um decreto tornou a chamada *historia patria* obrigatória no currículo das escolas secundárias. Quatro anos depois, nova lei ressaltou a necessidade de se ensinar História e civismo nas escolas. Essa fase consolidou no México o que pode ser chamado de “neoastequismo”, cujo auge se deu durante o Porfiriato. Cuauhtémoc ganha ainda mais destaque como personagem central da Conquista, culminando com a inauguração, em 1888, de um grande monumento em sua homenagem no *Paseo de la Reforma*.⁴ De acordo com Guillermo Prieto e outros autores do período, o estoicismo de Cuauhtémoc exemplificava o espírito inconquistável do México, ao passo que a tortura a que ele foi submetido mostrava as crueldades dos espanhóis (FERNANDES 2012, p. 231).

Com a publicação de sua primeira síntese histórica nacional, *México a través de los Siglos* (1889), organizada por Vicente Riva Palacio, a Conquista passou a ser vista como mais um evento da História mexicana, logo, natural e inevitável. Um trauma, mas

4 - A difusão da imagem de Cuauhtémoc como símbolo da Conquista pode ser observada em outros meios, como na famosa pintura *El suplicio de Cuauhtémoc* (1893), de Leandro Izaguirre, reproduzida em vários livros didáticos do período.

absorvido na identidade nacional. A visão liberal e teleológica do nacionalismo é visível em muitos trechos da obra, que retrata um mundo asteca sem coesão e, por isso, frágil, justamente por não ter uma unidade nacional. Tal coesão fora abortada pela Conquista e só se concretizaria nos idos pós-Reforma.

Em síntese, podemos observar que, fosse sob o prisma de uma história imperial espanhola associada às atitudes do “gênio da raça” Cortés, fosse sob a lógica da história nacional mexicana, a Conquista marcou o século XIX como um evento incontornável, traumático e definidor. Os universos anterior e posterior a ela eram radicalmente distintos. Partindo de documentação hispânica, Prescott identificou nesse conflito a emergência do Império Espanhol. Os doutos mexicanos, por sua vez, redarguíram, fazendo referência a outras fontes, como relatos indígenas e evidências arqueológicas, que indicariam o doloroso nascimento de um mundo *mestizo*, interpretação que dava mais protagonismo a heróis caídos astecas do que ao “infame” Cortés.

A geração de intelectuais mexicanos do início do século XX aprofundou essa visão. Para o arqueólogo Manuel Gamio, por exemplo, o indígena era o principal ator histórico e artífice da nação mexicana (GAMIO 1992, p. 3-6). Como sustentáculo da identidade nacional, deveria ser louvado e exaltado, protegido pelo povo e governo. Por sua vez, o filósofo Samuel Ramos afirmou que os indígenas do seu presente padeciam de um mal advindo da Conquista. Quando os astecas se antagonizaram aos conquistadores, duas raças se opuseram, mas também houve um embate dos nativos mexicanos com a civilização e a dominação que ela pretendia impor: “Ao nascer, o México encontrou-se em um mundo civilizado [...] Desta situação desvantajosa, nasce o sentimento de inferioridade que se agravou com a conquista, a mestiçagem e até pela magnitude desproporcionada da Natureza” (RAMOS 1999, p. 51). Para Ramos, os indígenas vivos seriam resquícios de seus antepassados que se apequenaram diante da chegada de uma civilização católica e europeia que lhes impôs uma dominação bélica e uma subjugação política. Inferiorizados, internalizaram o sentimento de pequenez diante do México

mestizo que se descortinava. Essa mescla de inferiorização do indígena vivo e supremacia da mestiçagem marcaria, em sua visão, o México como nação. Raciocínios díspares como os desses dois autores eram calcados na mesma visão histórica da Conquista como um evento divisor de águas e criador da nacionalidade mexicana, ao menos de seu estágio embrionário.

A Conquista como trauma ou como continuidade

Em 1959, um livro lançado no México tornou-se um enorme sucesso de vendas e ponto de virada na abordagem historiográfica sobre o tema: *Visión de los Vencidos*. Resgatando fontes astecas pós-Conquista, o antropólogo e historiador Miguel León-Portilla apresentava uma “História vista de baixo”, na qual a Conquista do México passava a ser narrada sem a necessidade de documentos espanhóis. A partir de trechos de códices, poemas, relatos de *mestizos*, depoimentos de anciãos entre outros documentos, a história dos “vencidos” punha em relevo a violência da Conquista e o desmonte do mundo indígena, consolidando a voz de quem anteriormente pouco falava na historiografia (LEÓN-PORTILLA 1987, p. 9-12).

León-Portilla foi profundamente influenciado pelo humanismo católico e indigenista de seu professor Ángel María Garibay, frei, filólogo e linguista pioneiro no estudo das culturas mesoamericanas, em especial do náuatle. Garibay fundou a revista *Estudios de Cultura Nahuatl* e o *Seminario de Cultura Nahuatl*, em que ensinava fundamentos da literatura e linguística indígena. Antes disso, havia traduções competentes do náuatle apenas na Alemanha, como as de Konrad Preuss, o que levava muitas publicações mexicanas a serem, na realidade, traduções para o espanhol das versões em alemão desta documentação. Junto da geração de Ramos e Gamio, Garibay foi responsável por pensar tais textos como literatura, elevando o *status* da produção indígena no ambiente universitário, transformando-a em patrimônio literário mexicano (LEÓN-PORTILLA 1992, p. 167-180).

Algumas das principais fontes utilizadas por Garibay e León-Portilla foram os escritos indígenas coletados por religiosos do século XVI. Em especial, os relatos dos “informantes” do franciscano Bernardino de Sahagún. O projeto educacional dos irmãos menores no México pós-conquista era ousado. Tinha como centro o Colégio de Santa Cruz de Tlatelolco, fundado em 1536 com o ambicioso intuito de formar os filhos da nobreza indígena em latim, filosofia e teologia, instrumentos considerados necessários para a criação de um clero autóctone. Tlatelolco gerou excelentes latinistas e serviu como centro de estudos das culturas indígenas, tendo Sahagún como um de seus principais nomes.

Em meados do século XVI ganhou força a crença de que era necessário examinar com maior minúcia os detalhes da “fé pagã”, recolhendo-os por meio de anciãos informantes e uma rede de escribas e tradutores indígenas. Com esse ímpeto, Sahagún reuniu 12 volumes de depoimentos conhecidos como *Códice Florentino*. Nele, buscava conhecer os pormenores da cultura do outro para melhor extirpá-la. Contudo, o franciscano registrou várias vezes em seus escritos sua admiração pelo mundo indígena que transcrevia e recriava, comparando o universo náuatle ao greco-romano. Logo, algumas das premissas de Garibay e León-Portilla já constavam do suporte que consultavam para acessar as fontes que lhes interessavam promover e estudar. Os documentos, como ordenados e comentados em *Visão dos Vencidos*, refletem um cenário pessimista frente ao impacto devastador da Conquista, vista como uma crise sem precedentes denunciada na voz de sacerdotes e anciãos nativos saudosos de um mundo que colapsara.

Em 1978, León-Portilla, ao organizar um volume sobre Literatura náuatle, novamente a equiparou às “grandes epopeias clássicas”, como a *Ilíada*, especialmente por seu conteúdo trágico. Para ele, a *Visão dos Vencidos* era a “última e mais dramática expressão da antiga cultura, no momento em que perdia sua vida [...] o fim da evolução autônoma de sua própria cultura e o princípio do trauma e sujeição a

outros” (LEÓN-PORTILLA 1978, p. 365-366). A associação entre tragédia e trauma, presente desde a obra de 1959, é uma revalidação, em bases freudianas, da narrativa piedosa e cristã produzida no século XVI pelo dominicano espanhol Bartolomé de Las Casas em obras como a *Brevísima relación de la destrucción de las Indias* (1552).⁵ León-Portilla amplia esse sentido trágico da Conquista, equipara-o ao passado clássico (como já ocorria em algumas de suas fontes) e, por fim, agrega a lógica do trauma, “uma busca de inteligibilidade, esforçando-se para evitar um estado de desamparo” em que indivíduos utilizariam uma percepção-signo ligada por simultaneidade à “experiência de pavor”, a um evento traumático, catastrófico (BOTELLA; BOTELLA 2002, p. 166).

O potencial dessa explicação é enorme. Se a Conquista foi uma tragédia traumática que aniquilou um mundo clássico, a Nova Espanha amanhecia órfã de mãe indígena e ressentida com o pai espanhol. Essa força explicativa, no fundo, é a premissa que embasou grandes nomes da historiografia produzida nas últimas décadas, como Serge Gruzinski, em *O Pensamento mestiço*, para quem foi a ausência de referências passadas, fruto do desmonte violento do mundo indígena, que põe para funcionar a intrincada engrenagem da mestiçagem (GRUZINSKI 2001).

Na mesma época, a história da América Latina estava se tornando um campo de investigação autônomo nos Estados Unidos. Com maciço apoio financeiro advindo da Lei de Educação de Defesa Nacional (1958) e da Fundação Ford, e sob o impacto da Revolução Cubana e do desenvolvimento dos Corpos da Paz (AVILA 2015, p. 50-68), universidades norte-americanas receberam milhões de dólares em fundos para treinar especialistas nessa área. Como resultado, foram fundadas bibliotecas “latino-americanas”, a partir da compra de imensos fundos documentais dos séculos XVI e XVII, além de serem criados centros de pesquisa e ser ampliado expressivamente o número de bolsas de estudos para trabalhos dedicados à região.

5 - “[...] tudo o que ameaça a pretensa ordem e segurança diante da vida ou do mundo, torna-se trágico. Desse modo, por exemplo, a vida dos índios e a dizimação vivida pelas populações indígenas são, para Las Casas, trágicas” (FREITAS NETO 2003, p. 71).

Nesse contexto, autores que já vinham pesquisando a América em tempos de Conquista desde o pós-2ª Guerra Mundial passam a ganhar mais destaque. Como exemplo, podemos citar o biólogo Sherburne F. Cook e o historiador Woodrow Borah que, juntos com outros pesquisadores da Universidade da Califórnia, formaram um grupo multidisciplinar conhecido como a Escola de Berkeley. Mais do que uma interpretação sobre a Conquista, o principal interesse desses autores era colocar em números relativamente precisos o tamanho do colapso populacional ocorrido no continente bem como identificar suas principais causas.⁶ A partir de documentos relacionados à cobrança de tributos por parte da Coroa espanhola, entre outros tipos de fontes que vão sendo agregados ao longo de mais de duas décadas de pesquisa conjunta, Cook e Borah identificam a Conquista e seus desdobramentos como o evento responsável pela morte de aproximadamente 90% da população nativa americana, que poderia ter alcançado a cifra de 100 milhões de habitantes antes do contato com os europeus. Nessa acepção, a Conquista deixa de ser um evento de curta duração e passa a se confundir com o processo de colonização, pois boa parte das mortes de nativos adveio de causas outras que não o conflito armado. Ao mesmo tempo, a associação da Conquista à noção de trauma e ruptura ganha força, ao observamos o cenário positivo traçado pelos autores sobre o período pré-colombiano, marcado pelo acelerado crescimento populacional e pela ausência de epidemias, e a defesa de que se tratou de um evento responsável por selar o destino do México até o presente: a Conquista teria impedido o país de se tornar uma nação indígena (COOK; BORAH 1989, p. 278-279).

6 - Nicolás Sánchez-Albornoz resalta o impacto das pesquisas de Cook e Borah, definindo-os como fundadores da "demografia histórica americana", cujos dados e métodos permanecem sendo debatidos ainda hoje (WAIZBORT; PORTO 2018, p. 391).

Outro pesquisador norte-americano cujas pesquisas causaram grande impacto a partir da década de 1960 foi Charles Gibson, autor de *Aztecs under Spanish rule*. Nele, o pesquisador formado em Yale sob orientação do eminente especialista em cultura náuatle George Kubler, recorre a uma ampla documentação indígena pós-Conquista para argumentar que, a despeito das mudanças ocorridas com a chegada dos espanhóis, existem inequívocas continuidades no cotidiano

asteca. Em oposição a interpretações como a de indígenas vencidos, Gibson rompe com a perspectiva de “catástrofe” ou “trauma”, palavras ausentes em seu trabalho. A Conquista – “uma empresa cristã porque destruía uma civilização pagã” – ainda é interpretada por ele como o marco de uma clivagem: houve uma fragmentação das estruturas políticas dos grupos indígenas, a introdução do catolicismo gerou profundas alterações, costumes e hábitos foram abolidos ou alterados entre outros aspectos. Entretanto, lógicas de senhorio, *status*, o papel de líderes locais se reinventam ou se mantêm centrais durante muito mais tempo do que a ideia de derrota pode supor (GIBSON 1964). Gibson vai além, ressaltando que o impacto da Conquista levou não apenas à manutenção de determinados aspectos, mas também à retomada de algumas características anteriores aos próprios astecas. A atuação espanhola teria, até certo ponto, reestabelecido organizações políticas indígenas associadas às comunidades locais, fazendo com que o Estado espanhol pudesse ser entendido como um meio de libertação responsável por devolver aos líderes locais sua “independência” (GIBSON 1990, p. 157-188).

Nas décadas seguintes, outros autores norte-americanos deram continuidade ao interesse pelas questões relacionadas à Conquista e seus efeitos. Em especial, destacamos James Lockhart, professor da Universidade da Califórnia e principal nome em torno da Nova Filologia. Movimento definido por alguns de seus próprios membros como uma “escola” (RESTALL 2003, p. 113-134), a Nova Filologia surge nos anos 1970 como um ramo da etno-história que buscava interpretar textos escritos em línguas nativas para construir a história sob o ponto de vista indígena. Mais do que um esforço de tradução, Lockhart e outros depois dele produzem um amplo levantamento e análise de fontes – muitas até então inexploradas – associado a um método que privilegia a empiria e a dedução em detrimento de pressupostos teóricos e posicionamentos políticos (RESTALL 2003, p. 126). Em relação à Conquista, Lockhart compartilha a mesma lógica de Gibson, descrito por ele como o responsável por uma virada em direção ao lado indígena das interações

entre nativos e europeus (LOCKHART 1992, p. 3-5). Ambos identificam grandes continuidades para além das rupturas e destruições que teriam sido causadas pela Conquista. Não por acaso, em seu manual de História da América Latina Colonial (1983), voltado para estudantes universitários (composto junto com Stuart B. Schwartz), Lockhart dedica poucas linhas às ações de Cortés e seus homens e à queda do principal centro urbano asteca, privilegiando aspectos como os “modos indígenas” e defendendo que, “sob os espanhóis, a Mesoamérica reproduziu em grande parte a organização da área na época pré-conquista” (LOCKHART; SCHWARTZ 2002, p. 118).

A grande diferença entre a perspectiva de Garibay e León-Portilla para a de Gibson e Lockhart, guardadas as especificidades das pesquisas de cada autor, se dá em relação às fontes. Em geral, os dois autores mexicanos traduziram, compilaram e analisaram histórias extraordinárias, canções, presságios religiosos entre outros textos ligados à tradição sagrada e nobre dos indígenas, mas de alguma forma filtrados pelo crivo de religiosos espanhóis no século XVI. Já Gibson se concentrou na documentação que muitas comunidades locais produziram no período a partir dos registros pormenorizados de notários indígenas. No entanto, tal documentação ainda era produzida majoritariamente em espanhol ou em formato aceito ou exigido pela burocracia espanhola, ou seja, destinados a serem documentos para autoridades civis, religiosos ou militares hispânicos. Lockhart foi além e examinou textos escritos em língua náuatle também para propósitos de governo municipal e vida comunitária, como anais, *títulos primordiales*, contratos de compra e venda, atas de *cabildos* (incluindo *cabildos* indígenas), litígios e, sobretudo, milhares de testamentos e inventários. Dentro dessa nova perspectiva, a Conquista não se revela como trauma anunciador de uma tragédia cataclísmica, mas um reinvento forçoso, uma violenta etnogênese.

Associada a essa perspectiva, ganha cada vez mais força a ênfase na multiplicidade dos grupos indígenas bem como as diferentes trajetórias percorridas por eles antes, durante

e, principalmente, após a Conquista, o que fica evidente já nos títulos das principais obras de Gibson e Lockhart. Com tal afirmação, não pretendemos indicar que autores como Prescott, nacionalistas mexicanos do século XIX ou mesmo León-Portilla ignorem as diferenças entre os grupos indígenas. Contudo, muitas vezes, essa multiplicidade fica relegada ao segundo plano em detrimento de outras abordagens: o bárbaro, o mestiço, o índio mexicano, o vencido, o que é reforçado pela própria noção da Conquista como uma ruptura definitiva. Tomemos o caso de León-Portilla como exemplo. Mesmo tendo dedicado parte expressiva de sua vasta produção acadêmica a análises de documentos ou grupos indígenas específicos, o historiador mexicano defende em sua obra mais célebre que a concepção de índios vencidos abarca não apenas os derrotados nos enfrentamentos militares contra as forças lideradas por Cortés, mas também os grupos nativos que participaram do cerco a México-Tenochtitlan. Ao abordar os relatos produzidos por índios que firmaram alianças com os espanhóis, o autor defende que eles também integram a Visão dos Vencidos, uma vez que, apesar de tlaxcaltecas e texcocanos terem lutado ao lado de Cortés, “as consequências da Conquista foram tão funestas para eles como para o resto dos povos nahuas. Todos ficaram submissos e perderam para sempre a sua cultura antiga”. Não por acaso, León-Portilla encerra o apêndice de sua obra afirmando que buscou com ela “oferecer ao leitor contemporâneo um dos mais valiosos testemunhos deixados por um povo que teve consciência da história e do valor de suas próprias criações culturais” (LEÓN-PORTILLA 1987, p. 18 e p. 175).

No outro lado do Atlântico, as questões em torno da Conquista também despertavam interesse crescente. Entre outros, podemos citar o livro de John Hemming sobre o embate dos incas com as forças lideradas por Francisco Pizarro (1970) e, principalmente, os estudos de Nathan Wachtel associados à perspectiva da Visão dos Vencidos. Ainda que centrada na região andina, consideramos importante fazer referência à obra de Wachtel. Sua análise sobre o Peru é constantemente relacionada com eventos e escritos produzidos no – e sobre o –

México do período da Conquista. Além disso, Wachtel estabelece um diálogo estreito com as análises, interpretações e conceitos trabalhados por autores como Charles Gibson e Miguel León-Portilla.

Em seu *Vision des vaincus* (1971), Wachtel afirma que se aproximou desse tipo de abordagem na tentativa não apenas de combater, mas de inverter o eurocentrismo. Apesar de utilizar muitas fontes espanholas, o professor do Collège de France dedica grande espaço ao que denomina como documentação indígena, na busca por “fazer com que seus textos falem”, revelando suas atitudes frente à Conquista. Ainda que adote a perspectiva de índios vencidos no próprio título de sua obra e ressalte as noções de trauma e ruptura, Wachtel, a exemplo de Gibson, dá grande destaque ao período posterior às vitórias militares lideradas por Pizarro e Cortés. Por um lado, a Conquista é descrita como um “traumatismo coletivo” que marca profundamente as estruturas mentais dos indígenas ainda no século XX, uma “desposseção do mundo” do qual “sobrevivem apenas as recordações da civilização perdida”. Por outro, Wachtel enfatiza que vários aspectos do cotidiano indígena anterior à chegada dos europeus – ainda que desestruturados e sem o “cimento que os unia” – permanecem, como a importância das comunidades e líderes locais e os laços de reciprocidade que caracterizavam a região andina há séculos. A ruptura existe e é profunda, contudo, não é completa nem definitiva, devido à sobrevivência de importantes vestígios da antiga organização social e a uma “inquebrantável fidelidade à tradição”. Essa premissa explica a atenção dada pelo autor a rebeliões e revoltas nativas ocorridas em várias partes do continente a partir de meados do século XVI, como o movimento milenarista andino do Taki Ongoy, a Guerra de Mixtón e os conflitos contra os chichimecas na Nova Espanha, bem como sua conclusão, em que identifica os índios vencidos como responsáveis, a longo prazo, por uma “emocionante vitória” (WACHTEL 1976, p. 324-325).

A Conquista através dos signos: o paradigma Todorov

Ao abordar sua escolha pela perspectiva da Visão dos Vencidos, Wachtel aponta como fatores importantes a influência de Ruggiero Romano⁷ e a “experiência da Guerra, das perseguições e das vítimas” (DAHER 2014, p. 259-276). Para um judeu nascido pouco antes da 2ª Guerra Mundial, o choque entre indígenas e europeus teria gerado reflexões muito mais amplas e profundas. Processo semelhante ocorre com Tzvetan Todorov, linguista que partiu de sua terra natal, a Bulgária comunista de meados do século XX, para desenvolver sua carreira na França. Explicitando e aprofundando o que Wachtel havia apenas indicado como possível influência, Todorov publica *La Conquête de l'Amérique: la question de l'autre* (1982), definindo-a como uma “história exemplar” a respeito da questão da alteridade. Nesse livro, o autor recorre a fontes já largamente analisadas pelos pesquisadores, como os diários de Colombo, as cartas de Cortés e os escritos de religiosos como Bartolomé de las Casas e Diego Durán, na tentativa de refletir sobre a “descoberta que o eu faz do outro”. Com esse intuito, Todorov argumenta que, para além da superioridade tecnológica ou o impacto das doenças até então desconhecidas no Novo Mundo, o controle dos signos teria sido a principal chave para a vitória: “A conquista da informação leva à conquista do reino” (TODOROV 2003, p. 148). Dentro dessa perspectiva, Cortés é retratado como um exemplo de homem moderno, ciente dos aspectos políticos e históricos de seus atos, que – ecoando Maquiavel – recorre a estratégias que buscam a compreensão do outro. Entre elas, Todorov destaca a importância ocupada pelos intérpretes, como Jerónimo de Aguilar e Malinche⁸, e a preocupação do capitão com a interpretação que os indígenas faziam de seus gestos. Em oposição ao arguto Cortés, estariam os indígenas, liderados pelo hesitante Montezuma e incapazes de interpretar os signos com a precisão e velocidade necessárias para reagirem às ações espanholas.

7 - Em estudo publicado em 1972, Romano descreve a Conquista como evento no qual uma cultura impôs sua predominância sobre a outra, sendo responsável por “deixar de herança” para o continente americano um regime senhorial com ecos feudais (ROMANO 2007, p. 63).

8 - Indígena de origem maia capturada pelos astecas antes de viver com os espanhóis, quando atuou como tradutora e chegou a se tornar amante de Cortés, com quem teve um filho.

Ainda que tenha enfatizado muitas vezes que não buscou escrever uma história da Conquista, mas que partiu desse evento para elaborar uma reflexão sobre o presente, o livro de Todorov gerou, além do grande sucesso comercial, um forte impacto entre os pesquisadores do tema. Ainda hoje, uma breve pesquisa em livros didáticos e nos programas das disciplinas de História da América colonial nas universidades brasileiras deixa clara sua influência.

Seu impacto também gerou uma extensa sequência de críticos. Destacamos a seguir os argumentos de três deles. Keith Windschuttle associa o autor a uma série de pesquisadores da segunda metade do século XX cujo relativismo cultural estaria “matando a História”. Para o pesquisador australiano, as “explicações culturais” sobre a Conquista minimizam aspectos mais importantes do que o controle dos signos, como as questões políticas, militares e tecnológicas além do impacto das doenças (WINDSCHUTTLE 1996, p. 39-70). No Brasil, Héctor Hernan Bruit busca inverter a leitura de Todorov, defendendo que “os conquistadores foram claramente enganados”. O autor afirma que a derrota militar seria apenas a “história visível” da Conquista. Silêncio, desobediência, mentiras, preguiça e embriaguez... comporiam a parte “invisível” para os espanhóis do período, incapazes, em sua maioria, de compreender o outro (BRUIT 1992, p. 77-101). Já Inga Clendinnen identifica na análise de Todorov contornos da “fábula prescottiana”, pois manteria a imagem de europeus intelectualmente mais avançados diante dos atrasados nativos, o que não se confirmaria através da documentação, que revela desentendimentos e incompreensões de ambos os lados. Para além das críticas a Todorov, a autora argumenta que a Conquista, no México, seria marcada pelo choque entre diferentes concepções de guerra e pela divisão dos conflitos em duas fases distintas, tendo como ponto de virada a derrota e o recuo das forças de Cortés após a Noite Triste⁹. A identificação dos indígenas como bárbaros por parte dos espanhóis teria ocorrido apenas nos últimos meses de conflito, especialmente durante o longo e violento cerco à cidade de México-Tenochtitlan. Contudo,

9 - Expressão utilizada em alguns documentos do período para designar a derrota e expulsão das forças espanholas e de seus aliados indígenas da cidade de México-Tenochtitlan ocorrida em 1520.

essa mudança de comportamento teria sido ignorada pela historiografia, que homogeneiza a Conquista, identificando a radicalidade em relação ao outro como uma característica presente já nos primeiros contatos de Cortés com os grupos nativos (CLENDINNEN 1991, p. 66).

Perspectivas recentes sobre a Conquista e os conquistadores

Em 1992, Steve J. Stern buscou traçar o que considerava como as três principais abordagens sobre a Conquista utilizadas nas décadas de 1970 e 1980, bem como os possíveis perigos associados a cada uma delas. A interpretação que enfatiza o encontro cultural “se levada longe demais, foge às dimensões cruciais da fluidez e do poder, as maneiras como a conquista induziu a fluidas lutas pela autodefinição e redefinição cultural em todas as facções”. Em seguida, o autor aponta a perspectiva da Conquista como trauma e destruição que, levada ao exagero, “escapa à história dos ardis dos índios, de suas iniciativas, manipulações, resistências, que foram além do gesto inútil predestinado ao fracasso”. Por fim, Stern cita a abordagem que privilegiava as respostas indígenas nas relações de poder estabelecidas com os espanhóis, cujo risco seria mais sutil: “o perigo de esquecer que nem todas as atividades indígenas tiveram como propósito reagir ao poder colonial e que algumas reações foram bastante indiretas” (STERN 2006, p. 59-60).

Como procuramos explicitar nas páginas anteriores, essas abordagens não são excludentes. Várias vezes, encontram-se presentes simultaneamente nas obras de um mesmo autor. Além disso, estabelecem diálogos com interpretações muito mais antigas, o que reforça nossa perspectiva de que já no século XIX surgiram paradigmas explicativos sobre a Conquista que permanecem férteis ainda hoje. Buscaremos, a seguir, identificar ecos, diálogos e críticas a esses paradigmas em parte da historiografia recente sobre o tema. Assim como nos itens anteriores, os limites de um artigo impedem uma abordagem exaustiva de teses e pesquisadores. Dessa forma,

apresentamos a seguir dois exemplos de interpretações que ganharam espaço nos últimos anos: a Nova História da Conquista e as abordagens em torno do conceito de etnogênese.

Mudanças ocorridas nas últimas décadas, como a ascensão de movimentos por direitos civis de negros, indígenas, mulheres e outros grupos marginalizados despertam um interesse até então inédito sobre outros personagens envolvidos na Conquista, tornando-a muito mais complexa e plural. Não por acaso, ganham impulso pesquisas que ressaltam, por exemplo, a presença de africanos entre os homens de Cortés, os importantes papéis exercidos por mulheres indígenas e a multiplicidade de atitudes adotadas pelos diferentes grupos indígenas diante dos europeus, preenchendo praticamente todo o intervalo que vai do confronto aberto até a aliança.

É evidente que a produção historiográfica sobre a Conquista e seus efeitos é muito mais ampla. Reflexões que, em alguns casos, buscam estabelecer análises comparativas com outras partes do mundo (GRUZINSKI 2015) ou diluem esses eventos em processos de longuíssima duração. Como exemplo, podemos citar *Guns, Germs and Steel* (1997), sucesso editorial de Jared M. Diamond. Em análise calcada nos estudos de Prescott, Diamond sugere que a derrota indígena seria parte de um processo que se repetiu em vários locais do mundo, cujas explicações recorrentes, a saber: superioridade militar, doenças e tecnologia, abordavam apenas suas “causas imediatas”. Muito mais importantes e decisivas seriam as “causas fundamentais”. Características como o tamanho e formato dos continentes, cujo eixo norte-sul, no caso americano, dificultaria os contatos entre regiões e culturas relativamente próximas, a distribuição irregular de plantas e animais domesticáveis, a precocidade no aprimoramento da agricultura e a criação de governos centralizados e formas de escrita elaboradas teriam permitido um ritmo mais acelerado de desenvolvimento na Eurásia em relação ao Novo Mundo durante milênios:

Quando Cortés e seus aventureiros imundos desembarcaram na costa mexicana em 1519, eles poderiam ter sido mandados de volta ao mar por milhares de cavaleiros astecas montados em cavalos americanos nativos domesticados. Em vez de os astecas morrerem de varíola, os espanhóis poderiam ter sido expulsos por germes americanos, transmitidos por astecas resistentes à doença. As civilizações americanas baseadas na força animal poderiam ter enviado seus próprios conquistadores para saquear a Europa. Mas essas hipóteses foram afastadas pela extinção dos mamíferos milhares de anos antes. (DIAMOND 2017, p. 356)

Dessa forma, o autor interpreta os embates ocorridos no Novo Mundo com a chegada dos europeus como parte de um processo de longuíssima duração, com a Conquista sendo apenas o “ponto culminante de duas trajetórias históricas longas e distintas” (DIAMOND 2017, p. 31). Ao adotar essa abordagem, que dá grande peso às diferenças geográficas como estopim dessas trajetórias divergentes, Diamond reforça a imagem de uma derrota inexorável – premissa presente em Prescott, sua principal fonte – não apenas dos nativos americanos, mas de vários outros povos em diferentes partes do mundo cujas trajetórias de desenvolvimento diferiam do processo identificado por ele na Eurásia.

Os esforços filológicos realizados por Lockhart nos Estados Unidos foram continuados por muitos pesquisadores. Para além da cada vez mais árdua busca por documentos ainda inéditos ou pouco conhecidos, historiadores como Matthew Restall empreenderam um retorno a fontes já há muito exploradas em busca de novos personagens e perspectivas. Ganha corpo, com isso, uma série de questionamentos em relação à Conquista, que passa a enfatizar cada vez mais a pluralidade e a agência de negros e indígenas. Surge uma visão mais microscópica, atenta às especificidades locais e temporais, em oposição a interpretações que ressaltam o fim do mundo pré-colombiano como um todo, os nativos como homogeneamente vencidos ou uma suposta superioridade por parte dos espanhóis. Muitas dessas questões foram sistematizadas por Restall em seu *Seven Myths of the Spanish Conquest* (2003). Retomando e

aprofundando argumentos já trabalhados por autores como Inga Clendinnen, o autor questiona a grande influência das *probanzas* de mérito¹⁰ na historiografia sobre o tema. Para ele, a falta de questionamentos quanto a essa documentação estaria estreitamente relacionada à força de interpretações que destacam a ação heroica de um punhado de espanhóis diante de milhares de indígenas ou a “falha de comunicação” por parte dos nativos (RESTALL 2006).¹¹ Ao invés de um processo inexorável rumo à vitória espanhola, determinada por sua superioridade tecnológica, militar e cultural, Restall propõe a imagem de uma Conquista muito mais plural, empreendida por índios conquistadores, soldados negros, espanhóis de diferentes localidades, classes sociais e interesses, complexa e longa, não se encerrando abruptamente com a queda do líder asteca.

Em texto mais recente, Restall busca aniquilar a lógica prescottiniana e debater a interpretação de Todorov ainda presente nos estudos sobre a Conquista do México. Baseado em documentação já conhecida, mas de variado espectro de produção e circulação, desde as cartas de relação cortesinas até textos indígenas, o autor constrói um Cortés medíocre, ordinário em suas ações regidas para atender os interesses de seus muitos capitães, investidores, as facções internas de suas hostes e se equilibrar na balança política que o antagonizava com os interesses do governador de Cuba, Diego Velázquez. Um exemplo é icônico: o Massacre de Cholula. Segundo Restall, esse morticínio ocorreu graças à manipulação de Cortés pelos tlaxcaltecas, afinal Cholula rompera, dois anos antes, a aliança com Tlaxcala para se aproximar dos astecas. Montezuma, por oposição, aparece como alguém que calculadamente conduziu os invasores por uma longa trilha para observá-los e, ao mesmo tempo, minar seus inimigos (totonacas, tlaxcaltecas, etc.). A longa estadia em México-Tenochtitlan não seria uma demonstração da força de Cortés, convertendo Montezuma em vassalo do rei espanhol, mas sim do poder do tlatoani em dispor dos espanhóis como mais um item em seus incontáveis zoológicos, jardins, farmacopeias e outras coleções. Os astecas escolheram quando e como os espanhóis entraram, ficaram

10 - Documento geralmente enviado à Coroa nos quais os feitos de seu autor são enaltecidos em busca de mercês.

11 - Para uma análise do autor sobre o sucesso de sua obra e as críticas recebidas, Cf. Fernandes; Kalil; Reis 2018, p. 39-54.

e saíram da cidade na Noite Triste. A conquista seria uma reconfiguração de poderes nahuas, uma guerra entre famílias nobres, que se valeu dos espanhóis (RESTALL 2018).

Restall localiza sua pesquisa dentro de um movimento mais amplo de ruptura com a historiografia anterior sobre a Conquista ocorrido a partir da década de 1990: a Nova História da Conquista.¹² Segundo o autor, ela se articula em torno de cinco abordagens principais que orientam novos rumos aos estudos sobre o tema: releitura de fontes “clássicas”, busca por documentos inéditos, ênfase em outros protagonistas, problematização de conceitos genéricos como “índio” e a quebra de fronteiras geográficas e disciplinares (RESTALL 2012, p. 151-160). Como exemplo de obra que dialoga com essas abordagens, podemos citar a coletânea *Indian Conquistadors* (2007), na qual, como o próprio título enfatiza, a Conquista é analisada a partir da agência dos grupos nativos. Segundo Susan Schroeder, a perspectiva dos índios conquistadores se configuraria como uma nova proposta diante das três principais tendências historiográficas sobre a Conquista: a clássica imagem dos espanhóis heroicos contra milhares de indígenas; a interpretação associada a aspectos religiosos; e a abordagem que identifica os conquistadores como perdedores, por não terem alcançado as posses e títulos que almejavam, ou a Conquista como não evento, por não ser mencionada em alguns documentos indígenas (MATTHEW; OUDIIK 2007, p. 5-27).

Não se trata do mesmo protagonismo dado outrora por determinada historiografia nacionalista mexicana ou pela lógica dos vencidos ou da importância dos aliados indígenas ao capitão Cortés. Na verdade, é uma virada completa de foco, no qual a Conquista passa a ser vista como um evento majoritariamente indígena. Para além da frequente referência feita à aliança dos tlaxcaltecas com os espanhóis, seus artigos ressaltam a importância de outros grupos, como os quauhtecoltecas e os kaqchikels, e comportamentos, os espanhóis teriam emulado os padrões de guerra praticados no período pré-colombiano.

12 - No Brasil, podemos citar os escritos de Eduardo Natalino dos Santos, para quem a maior contribuição deste movimento historiográfico seria a realização de novos questionamentos em obras já muito trabalhadas (SANTOS 2014, p. 218-232).

O caso de Don Gonzalo Matzatzin Moctezuma é revelador. Matthew Restall e Michel R. Oudijk esboçam a trajetória desse líder indígena, que teria voluntariamente se aliado aos espanhóis, tendo sido posteriormente nomeado capitão pela Coroa por ter conquistado uma série de agrupamentos urbanos indígenas nas terras ao sul. Exemplos como esse, fartamente apresentados no livro, ressaltam a fragilidade de abordagens como as de índios vencidos, ingênuos ou bárbaros, esboçando um cenário muito mais rico, marcado pelas especificidades locais, sociais e temporais, que colocam em xeque a própria ideia de Conquista. Dessa forma, o que tradicionalmente foi interpretado como “Conquista espanhola” passa a ser visto, segundo os autores, a partir de outras perspectivas, “como um rearranjo ocorrido no México central para preencher o vácuo de poder que se seguiu à queda de Tenochtitlan” (MATTHEW; OUDIJK 2007, p. 321).

Outra interpretação que vem ganhando amplo destaque nas últimas décadas é a que trabalha com o conceito de etnogênese, definido por Guillaume Boccara como o processo de “reconfiguração social, política, econômica e cultural que implica a redefinição do sentimento identitário e desemboca na emergência de uma nova formação social ou de uma nova entidade e identidade étnica” (BOCCARA 2007, p. 56-72). Segundo Miguel Alberto Bartolomé, a etnogênese busca historicizar estruturas e formas culturais muitas vezes concebidas como relativamente estáticas (BARTOLOMÉ 2006, p. 39-68). Dentro dessa perspectiva, não só a imagem do índio como algo homogêneo deixa de ser viável como também a interpretação da Conquista como destruição total de um mundo. Em seu lugar, ganham força leituras que a identificam dentro de um panorama muito mais amplo, não negando seu caráter violento e destruidor, mas ressaltando a constante emergência de novas etnias tanto antes quanto depois da chegada dos espanhóis.

Federico Navarrete Linares é um exemplo de historiador que destaca a importância desse conceito para a compreensão dos eventos ocorridos durante a Conquista e seus reflexos. Para ele, ainda que não seja capaz de abarcar toda a complexidade existente no Novo Mundo no período, a etnogênese seria muito produtiva

por questionar as concepções genéricas de índios e espanhóis e negar a concepção das trocas culturais como um jogo de soma zero, em que a adoção de um elemento cultural de origem distinta significaria necessariamente a perda de aspectos identitários indígenas (NAVARRETE LINARES 2015, p. 81). Dessa forma, a Conquista perde seu caráter de evento inédito e definidor, e passa a fazer parte de um cenário de violência, alianças, trocas culturais, imposições, extermínios... muito mais antigo e que não se encerra com a queda do último tlatoani. Essa abordagem fica visível, por exemplo, quando o autor associa o comportamento das forças lideradas por Cortés a um “velho padrão mesoamericano” de estrangeiros agressivos que destroem povos autóctones, papel que já teria sido ocupado pelos astecas anteriormente (NAVARRETE LINARES 2001, p. 371-405). Em estudos recentes, o historiador mexicano acrescenta uma nova camada de questionamentos à Conquista, ao seu impacto e às formas como foi interpretada. A partir de exemplos como o de Santiago Mutumajoy, sacerdote andino do século XX que afirma não se identificar com as ruínas de Machu Pichu, por considerá-las obras espanholas, o autor argumenta que a História, como a concebemos, não se mostra capaz de abarcar toda a humanidade. Em seu lugar, propõe o conceito de cosmohistória, que seria marcado pela concepção das historicidades humanas como um conjunto de realidades plurais e irreduzivelmente diversas, que se somam, combinam, dialogam e entram em conflito, mas não formariam um único conjunto. De acordo com o historiador, a perspectiva “radicalmente diferente” adotada por Mutumajoy não distingue “bons governantes indígenas e maus conquistadores espanhóis”, o que estimularia o questionamento sobre a insistência em separar os períodos do passado americano entre pré-hispânico e colonial (NAVARRETE LINARES 2016, p. 18).

Ao final dessa reflexão a respeito das múltiplas interpretações produzidas sobre a Conquista, consideramos importante destacar alguns aspectos. Em primeiro lugar, vale ressaltar a longa duração dos paradigmas prescottiniano e nacionalista mexicano na interpretação da Conquista do México.

Isso se deve, muitas vezes, a uma leitura desatenta e à homogeneização das fontes espanholas, ao desconhecimento ou menosprezo de fontes (e lógicas) indígenas, à influência da *Leyenda Negra* e à associação da crueldade e cobiça da Conquista à “natural” violência ibérica e/ou católica. Também acreditamos ter ficado claro que as inovadoras propostas de abordagens recentes, como as da Nova História da Conquista, já se enunciavam antes em autores como Lockhart e Clendinnen, embora ainda não tivessem se efetivado como proposta.

Já há tempos se critica o protagonismo exacerbado dos espanhóis e o papel secundário dedicado aos indígenas, mas somente há pouco conseguimos perceber novas formas de narrar a Conquista, ainda que lendo basicamente os mesmos documentos. Por outro lado, as críticas feitas por historiadores associados à Nova História da Conquista ou à perspectiva de etnogênese a paradigmas anteriores não implica o desaparecimento daquelas perspectivas. Noções como a de um enfrentamento entre civilização e barbárie, do conflito como berço da identidade nacional ou de fim de um mundo pré-colombiano idílico continuam recorrentes. Também é importante observar que os questionamentos recentes à própria ideia de Conquista não buscam, de forma alguma, negar ou minimizar a tragédia humana ocorrida no continente. Por fim, não há como não perceber, mesmo em algumas das novas abordagens, a persistência da dualidade entre nós e os outros, a despeito da inversão de papéis, com espanhóis manipuláveis e emuladores de comportamentos nativos onde antes víamos índios enganados pelos europeus. Longe de buscar encerrar esse secular debate, as novas pesquisas abrem caminhos que indicam um longo percurso à frente. Quais capítulos ainda nos aguardam na longa narrativa da Conquista?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTAMIRANO, Ignacio. **Prólogo a Cuauhtémoc**. México: Oficina Tipográfica de la Secretaría de Fomento, 1886.

AVILA, Arthur Lima de. Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da HAHR e as políticas da história. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, n. 17, p. 50-68, 2015. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/786>. Acesso em: 13 ago. 2019.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As Etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002. Acesso em: 13 ago. 2019.

BOCCARA, Guillaume. Poder colonial e etnicidade no Chile: territorialização e reestruturação entre os Mapuche da época colonial. **Tempo**, v. 12, n. 23, p. 56-72, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042007000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2019.

BOTELLA, César; BOTELLA, Sara. **Irrepresentável: mais além da representação**. Porto Alegre: Criação Humana. 2002.

BRUIT, Héctor Hernán. O visível e o invisível na Conquista hispânica da América. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **América em tempo de conquista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992, p. 77-101.

CLENDINNEN, Inga. "Fierce and unnatural cruelty": Cortés and the Conquest of Mexico. **Representations**, n. 33, p. 65-100, 1991. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2928758?seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 13 ago. 2019.

COOK, Sherburne F.; BORAH, Woodrow. **El Pasado de México**: aspectos sociodemográficos. México: FCE, 1989.

DAHER, Andrea. Nathan Wachtel: História e Antropologia de uma América “subterrânea”. **Sociologia & Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 259-276, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2238-38752014000100259&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 13 ago. 2019.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço**: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2017.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Patria Mestiza**: a invenção de um passado mexicano (séculos XVIII e XIX). Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira; KALIL, Luís Guilherme Assis; REIS, Anderson Roberti dos. **Sobre o Novo Mundo**: a história e a historiografia das Américas na Primeira Modernidade em dez entrevistas. Curitiba: Prismas, 2018.

FREITAS NETO, José Alves de. **Bartolomé de Las Casas**: a narrativa trágica, o amor cristão e a memória americana. São Paulo: Annablume, 2003.

FULTON, Christopher. Cuauhtémoc Awakened. **Estudios de Historia Moderna y contemporánea de México**, v. 35, n. 35, p. 5-47, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S0185-26202008000100001&script=sci_abstract. Acesso em: 13 ago. 2019.

GAMIO, Manuel. **Forjando Patria**. México: Editora Porrúa, 1992.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo**: história de uma polêmica: 1750-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GIBSON, Charles. **The Aztecs under Spanish Rule**: a History of the Indians of the Valley of Mexico, 1519-1810. Stanford: Stanford University Press, 1964.

GIBSON, Charles. Las sociedades indias bajo el dominio español. *In*: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina** Volume 4. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 157-188.

GRUZINSKI, Serge. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão**: ambições europeias e mundialização no século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

JAKSIĆ, Ivan. **Ven conmigo a la España lejana**: los intelectuales norteamericanos ante el mundo hispano, 1820-1880. Santiago: FCE, 2007.

KAGAN, Richard L. El paradigma de Prescott: la historiografía norteamericana y la decadencia de España. **Manuscrits**, n. 16, p. 229-253, 1998. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=108282>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **Literatura del Mexico antiguo**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A Visão dos Vencidos**: a tragédia da conquista narrada pelos astecas. Porto Alegre: L&PM, 1987.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. Ángel M. Garibay K. (1892–1992), en el centenario de su nacimiento. **Estudios de Cultura Náhuatl**, n. 22, p. 167-180, 1992. Disponível em: <http://www.historicas.unam.mx/publicaciones/revistas/nahuatl/pdf/ecn22/386.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

LOCKHART, James. **The nahuas after the Conquest**; a Social and Cultural History of the Indians of Central Mexico. Stanford: Stanford University Press, 1992.

LOCKHART, James; SCHWARTZ, Stuart B. **A América Latina na época colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MATTHEW, Laura; OUDIJK, Michel R. **Indian Conquistadors; indigenous allies in the conquest of Mesoamerica**. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 2007.

NAVARRETE LINARES, Federico. La conquista europea y el régimen colonial. In: MANZANILLA, Linda; LÓPEZ LUJÁN, Leonardo (coord.). **Historia Antigua de México (III)**. México: UNAM, 2001, p. 371-405.

NAVARRETE LINARES, Federico. **Hacia otra historia de América: nuevas miradas sobre el cambio cultural y las relaciones interétnicas**. México: UNAM, 2015.

NAVARRETE LINARES, Federico. Las historias de América y las historias del mundo: una propuesta de cosmohistoria. **Anales de estudios latinoamericanos**, n. 36, p. 1-35, 2016. Disponível em: http://www.ajel-jalas.jp/nenpou/back_number/nenpou036/pdf/36-001_Navarrete.pdf. Acesso em: 13 ago. 2019.

PRESCOTT, William H. **History of the conquest of Mexico: with a preliminary view of ancient Mexican civilization, and the life of the conqueror, Hernando Cortés**. Nova York: Harper and Brothers, 1843.

RAMOS, Samuel. **El Perfil del Hombre y la Cultura en México**. México: Editora Espasa, 1999.

RESTALL, Matthew. A history of the New Philology and the new philology in History. **Latin American Research Review**, v. 38, n. 1, p. 113-134, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1555436>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RESTALL, Matthew. **Sete mitos da conquista espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RESTALL, Matthew. The new Conquest History. **History Compass**, v. 10, n. 2, p. 151-160, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1478-0542.2011.00822.x>. Acesso em: 13 ago. 2019.

RESTALL, Matthew. **When Montezuma met Cortés**: the true story of the meeting that changed History. Nova York: Harper Collins, 2018.

ROMANO, Ruggiero. **Os mecanismos da conquista colonial**: os conquistadores. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RUTSCH, Mechthild. Natural history, national museum and anthropology in Mexico. Some reference points in the forging and re-forging of national identity. **Perspectivas Latinoamericanas**, v. 1, p. 89-122, 2004. Disponível em: https://nanzan-u.repo.nii.ac.jp/?action=pages_view_main&active_action=repository_view_main_item_detail&item_id=352&item_no=1&page_id=13&block_id=21. Acesso em: 13 ago. 2019.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As conquistas de México-Tenochtitlan e da Nova Espanha. Guerras e alianças entre castelhanos, mexicas e tlaxcaltecas. **História Unisinos**, v. 18, n. 2, p. 218-232, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2014.182.02>. Acesso em: 13 ago. 2019.

STERN, Steve J. Paradigmas da conquista: história, historiografia e política. In: BONILLA, Heraclio (org.). **Os conquistados**: 1492 e a população indígena das Américas. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 27-66.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WACHTEL, Nathan. **Los vencidos**: los indios del Perú frente a la conquista española (1530-1570). Madrid: Alianza Editorial, 1976.

WAIZBORT, Ricardo; PORTO, Filipe. Epidemias e colapso demográfico no México e nos Andes do século XVI: contribuições da biologia evolutiva. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 25, n. 2, p. 391-407, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59702018000200391&lng=p&t&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2019.

WINDSCHUTTLE, Keith. **The Killing of History:** how literary critics and social theorists are murdering our past. San Francisco: Encounter Books, 1996.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Luís Guilherme Kalil 

lgkalil@yahoo.com.br

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Nova Iguaçu

Rio de Janeiro

Brasil

Luiz Estevam Fernandes 

leof79@gmail.com

Universidade Federal de Ouro Preto

Mariana

Minas Gerais

Brasil

RECEBIDO EM: 10/MAR./2019 | APROVADO EM: 26/JUN./2019